



A E-Legis abre sua 13ª edição com temática até então ausente de suas páginas: a relação entre religião e política. O assunto certamente faz parte do cotidiano da política nacional, haja vista o interesse que despertou na última campanha presidencial e a repercussão que teve quando alçado a um dos focos da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, além dos intensos debates nas Casas Legislativas sempre que um projeto envolve aspectos éticos que tocam o elemento religioso.

Ronaldo Sathler-Rosa aborda o assunto com a serenidade necessária para produzir mais reflexão e debate, evitando o atrito pelo atrito comum ao antagonismo de visões unilaterais. A partir do eixo da teologia política, o autor desenvolve a proposta de que as diversas confessionalidades podem ser pontos de partida para a inserção no debate social, de modo plural e tolerante, contribuindo para uma participação política mais qualificada. O artigo **Religiões, Contexto e Política: uma aproximação teológico-cultural**, portanto, convida a todos a uma melhor compreensão do fenômeno religioso em diálogo com o fenômeno político, em um espaço tão eclético e plural quanto a sociedade brasileira.

A temática participação tem preponderância nesta edição. No artigo **Instrumentos de Participação Cidadã na Câmara dos Deputados**, Robson Luiz Fialho Coutinho faz uma análise de vários canais de participação popular na Casa, buscando verificar sua finalidade, tipologia, funcionalidades, limites, benefícios, no contexto de avaliar a efetiva contribuição desses. Seus dados evidenciam uma realidade ainda predominantemente emissor-intensiva e baixa repercussão efetiva nos processos decisórios da Casa.

O próximo artigo, **Lei de Acesso à Informação (LAI): investigação da transparência ativa nos três poderes**, produção coletiva de Thiago Gomes Eirão, Terezinha Elisabeth da Silva e Raphael da Silva Cavalcante, traz uma perspectiva de superação dessa concentração no polo emissor – o recurso à Lei de Acesso à Informação. Esse novo dispositivo legal, ainda recente, tem despertado sentimentos difusos: por um lado, expectativa de que romperia definitivamente com a suposta *caixa-preta* do Estado; por outro, ansiedade dos agentes estatais em atender corretamente à legislação. O fato é que a LAI trouxe o caráter de obrigatoriedade a determinados tipos de resposta, ampliando a participação.

Bruno Theodoro Luciano aborda **As Eleições na Integração Regional: desenvolvimento das proposições nacionais para as eleições diretas do Parlamento do Mercosul**. Uma perspectiva diferenciada, porém também relacionada à questão da participação. A perspectiva de escolha pela via eleitoral de um Parlamento supranacional é positiva e revela

avanço democrático, ao permitir mais engajamento dos cidadãos dos países no processo.

Integram ainda esta edição da E-Legis dois artigos mais estreitamente alinhados à questão do processo legislativo e do funcionamento do Parlamento. André Fellipe Satas Majdalani trata das **Medidas Provisórias e o Poder Legislativo: uma análise do impacto desse instrumento na atividade legislativa do Congresso Nacional no período 2003-2012**. A recorrência do assunto medidas provisórias demonstra o quanto a sociedade se ressentida da possibilidade de preponderância de um Poder (Executivo) sobre outro (Legislativo). No fundo, trata-se de uma preocupação também assentada na (falta de) participação popular na feitura das leis.

Completa esta edição o artigo de Lúcio Meireles Martins sobre **O nível de letramento político infantojuvenil: Educação Política como um direito democrático**, no qual o autor associa a desconfiança da política (baixa participação) a um baixo nível de letramento político (condições para a participação).

Boa leitura!